

A NEO-OLIGARQUIZAÇÃO DO ESTADO E O IMPEACHMENT DE 2016

NEO-OLIGARCHIZATION OF THE STATE AND THE IMPEACHMENT OF 2016

Leonardo Laurindo do Nascimento¹

RESUMO

O *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 não foi um evento aleatório. A proposta deste artigo é relacionar o desenvolvimento político que resultou no *impeachment* de 2016 com a realidade econômico-social da base da sociedade brasileira. Para isso, será relacionada a categoria da Neo-oligarquização do Estado com o fenômeno do fetichismo no capitalismo, seguida de uma investigação da conjuntura brasileira e das articulações do bloco no poder entre 2011 e 2016.

Palavras-chave: Estado. Fetichismo. Capitalismo. Impeachment.

ABSTRACT

Dilma Rousseff's impeachment in 2016 was not a random event. The purpose of this article is to relate the political development that resulted in the impeachment in 2016 with the economic and social reality of the Brazilian society. To this end, the State Neo-oligarchization category will be related to the phenomenon of fetishism in capitalism, followed by an investigation of the Brazilian conjuncture and the power bloc's articulations between 2011 and 2016.

Keywords: State. Fetishism. Capitalism. Impeachment.

1 INTRODUÇÃO

O impeachment de 2016, que resultou na derrubada da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), não foi um raio que caiu do céu. O objetivo deste artigo é investigar quais os elementos presentes na formação social capitalista brasileira que levaram a tal resultado. Para isso, será defendida a hipótese de que o *impeachment* se trata da consolidação de um fenômeno que o autor chileno Jaime Osorio nomeou Neo-oligarquização do Estado (OSORIO, 2014).

¹ Graduando em Direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Artigo recebido em 16/09/2019 e aprovado para publicação em 29/11/2019.

O ponto de partida é o entendimento de que todo golpe ou derrubada não se trata de um evento aleatório, um *deus ex machina* que soluciona qualquer vácuo nas análises dos cientistas sociais e organizações políticas. Embora exista o elemento conspiratório de pequenas elites, um golpe não pode somente dele resultar, devendo ser analisados seus condicionantes materiais no interior da formação social em questão. Este equívoco analítico não é novo, presente também nas análises realizadas no calor do golpe militar de 1964 e até hoje sobre este evento.

“Brasil, con casi 90 millones de habitantes y una economía industrialmente diversificada, es una realidad social compleja, cuya dinámica, aunque condicionada y limitada por el marco internacional en que se inserta, rehuye las interpretaciones unilaterales. Sin un análisis de la problemática brasileña, de las relaciones de fuerza de allí existentes entre los grupos políticos, de las contradicciones de clase que se desarrollaban con base en una configuración económica dada, no se comprenderá el cambio político que experimentó a partir de 1964. Peor que esto, no se podrá relacionar ese desarrollo político con la realidad económico-social que se encuentra en su base, ni estimar las perspectivas probables de su evolución.” (MARINI, 1971, p. 30)

A efeito de exemplificação, o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) é, até hoje, colocado como fruto de sua personalidade corrupta ou mesmo desavenças pessoais com o irmão. Não é posto em primeiro plano o fracasso de seu projeto frente os anseios do bloco no poder² e os interesses diretos das representações políticas.

Refletindo a situação de instabilidade política do país, a derrubada de Dilma Rousseff parece reviver o obscuro passado de golpes na história do Brasil. Porém, entre as argumentações em torno da legalidade ou ilegalidade, tanto os usurpadores do cargo como a vítima abdicam de um debate sobre o substrato material que levou a essa derrubada. É ampla a difusão da tese de que este é inexistente, colocando o caso do *impeachment* da presidenta Dilma ao lado de tantas outras questionáveis crises de governo nesta quadra do século XXI na América Latina³.

Os próprios políticos envolvidos abrem espaço para esta interpretação, sendo emblemático o vazamento da conversa de Romero Jucá com Sérgio Machado, em que se planeja

² “Articulação que as diversas classes, frações e setores das classes dominantes estabelecem entre si”. (OSORIO, op. cit, p.46)

³ Para citar algumas: o golpe de Estado no Haiti, em 2004, levando Jean-Bertrand Aristide ao exílio; a deposição de Manuel Zelaya, em 2009, Honduras, pelo poder militar; a destituição de Fernando Lugo, no Paraguai, em 2012, num processo que durou menos de dois dias; a crise de governo no Equador, em 2010, em que agentes da segurança pública tomaram à força órgãos do governo; a presente situação de ruptura institucional na Venezuela, 2018-2019, em que o líder da Assembleia Nacional clama o posto da presidência.

abertamente uma articulação golpista (EL PAIS, 2016). Da mesma forma, o circo levantado no dia da votação também deixaria qualquer observador, no mínimo, encucado com o caráter jurídico do processo. Não é este, porém, o objeto do presente artigo.

A existência ou não de crime de responsabilidade no segundo mandato de Dilma Rousseff não modifica o caráter usurpador do movimento político que adentrou à cabeça do Executivo e modificou o programa político em curso, como se pretenderá demonstrar. O objetivo deste artigo é precisamente o de relacionar o desenvolvimento político que descambou no *impeachment* de 2016 com a realidade econômico-social em sua base, parafraseando Marini (1971). Esta compreensão carrega mais precisão na caracterização do golpe como golpe do que os debates acerca da existência ou não de ilegalidade nas “pedaladas fiscais” e nos decretos de créditos suplementares, aliás, práticas corriqueiras na política executiva brasileira.

Para a exposição, será realizado um pequeno resgate da categoria Neo-oligarquização do Estado, acompanhado de uma breve apreensão teórica do pensamento de Jaime Osorio (2014) sobre o Estado, seguido de uma investigação da conjuntura brasileira no momento do *impeachment*, permitindo que seja desvelado o *substrato material* que tornou a solução golpista como a saída do sistema política brasileiro à crise de política que enfrentava.

2 A NEO-OLIGARQUIZAÇÃO DO ESTADO

Jaime Osorio expõe suas reflexões acerca do tema da Neo-oligarquização do Estado se referindo à conjuntura do continente latino-americano na última quadra do século XX, durante os períodos de redemocratização no continente (OSORIO, 2014). Afirma que as consultas eleitorais e a cidadanização não promoveram projetos progressistas, apesar do renascimento explosivo dos movimentos de massa durante o período⁴.

⁴ No Brasil, o renascimento do movimento de massas pode ser observado, progressivamente, pela vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições gerais de 1974, ainda sob a ditadura; a greve estudantil de alcances nacionais pela liberdade do estudante Edval Nunes Cajá, considerando último preso político do regime militar, em 1978; as greves operárias na região do ABC Paulista. Entre 1978-1980, reivindicando direitos econômicos e democráticos, e a posterior formação da Central Única dos Trabalhadores em 1983 (CUT); a realização do “Congresso de Reconstrução” da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1979; a fundação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Em 1984; o movimento dos “caras pintadas”, pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello, em 1992; a “Marcha dos 100 mil de Brasília”, em 1999; a Marcha das Margaridas, 2000; entre outros.

“As consultas cidadãs não foram capazes de afetar os centros reais de poder do Estado, onde são decididos os aspectos relevantes sobre o rumo das sociedades e suas modalidades de reprodução. [...] Dentro do Estado, as decisões fundamentais sobre o curso das sociedades tendem a ser tomadas em espaços muito restringidos do poder executivo, particularmente os ministérios e as instituições ligadas à direção econômica (Fazenda, Economia, Comércio, Banco Central) e algumas ligadas ao ramo político, com a participação de poucas figuras e organismos do poder legislativo.” (OSORIO, 2014, p 103-104).

O relato é preciso. Mesmo os primeiros presidentes progressistas não ousaram nos programas de governo. No primeiro mandato do presidente Lula, a Carta ao Povo Brasileiro anunciava que “[...] *a margem de manobra da política econômica no curto prazo [seria] pequena*” (CARVALHO, 2018, p. 14). O ministério da Fazenda manteve seu foco em atingir as metas mais altas de superávit primário e o Banco Central, nas mãos de Henrique Meirelles, manteve a política monetária contracionista. Em termos reais, os investimentos públicos diminuíram 4,7% ao ano entre 2003 e 2005 (Ibidem), e a taxa SELIC se manteve perto dos 16,5% ao ano, chegando a atingir o pico de 26,27% ao ano no mesmo período (BANCO CENTRAL). Como descrito por Osorio (op. cit.), a eleição de um líder progressista, símbolo da luta pela redemocratização em nosso país, não significou uma abertura controle do Banco Central, do Ministério da Fazenda e de outros aparelhos estatais, que permaneceram na mão de intelectuais orgânicos ligados ao capital financeiro.

“Isso permite afirmar que estamos diante de uma neo-oligarquização do Estado latino-americano com um coro eleitoral. As eleições serviram mais para legitimar o[s] novo[s] Estado[s] latino-americano[s] pós-ditatorial[s] que para disputar ou reduzir o poder das classes e frações dominantes”. (Ibid., p.104)

2.1. O FETICHE DO ESTADO-RELAÇÃO E O PODER DE ESTADO

A Neo-oligarquização aparece no relato de Osorio como uma característica do Estado “como instituição”, uma disposição específica dos aparelhos estatais que impede que determinadas demandas alcancem seus núcleos decisórios, onde se concentra o poder real. No mesmo livro, porém, o autor defende que o Estado é “a condensação material das relações de dominação e exploração” (OSORIO, 2014, p. 36) numa sociedade, uma *coisificação* dessas

relações. O Estado, portanto, veste a capa do *fetichismo* e da *coisificação*. Os termos aparecem mais de uma vez na obra ao tratar sobre o Estado (Ibid., p. 28, 36, 144, 150, 156, 157, 158)

Marx se refere ao *fetichismo da mercadoria* como o fenômeno em que esta adquire propriedades místicas, que omitem sua propriedade de forma social para possuir características próprias, intrínsecas, inerentes a ela, como se descoladas do trabalho humano que as produziu, quando são, na realidade, a reflexão “[d]os caracteres sociais de seu próprio trabalho” (MARX, 2017a, p. 147). A prática social de trocas nos faz abstrair que uma mercadoria tem seu preço (expressão monetária de um valor) por suas características próprias. É a *representação* de uma larga cadeia de relações sociais de produção na forma social da mercadoria, cristalizada em seu meio de troca universal, o dinheiro. O fetichismo da mercadoria é, portanto, constitutivo da realidade capitalista. É o que faz com que o produtor de uma mercadoria passe a depender dela para sua subsistência. Mais especificamente, *de sua realização em valor de troca*, do que ela *consegue comprar*. Sem dinheiro, inexistem condições de sobrevivência, e o indivíduo passa a “*carregar em seu bolso*” seu “*poder social*” e sua “*ligação com a sociedade*” (MARX, 1993, p. 157, tradução livre). O ser humano, em sua prática social, edifica uma realidade; mas seu produto se torna seu mestre. O ser humano é um servo de uma “*enorme coleção de mercadorias*” (MARX, 2017a, 113) que parecem se relacionar por meio do dinheiro. O fetichismo, portanto, não se trata de uma mera ilusão, mas de uma *representação real* de um conjunto de práticas sociais da sociabilidade burguesa, que fazem com que o ser humano passe a enxergar suas relações sociais como relações entre os produtos de seu trabalho, *coisas*.

Estabelecido o modo de produção capitalista, portanto, cria-se uma sociabilidade na qual a subsistência dos despossuídos só pode ser conquistada por meio da venda da força de trabalho. Diferentemente dos modos de produção anteriores, neste caso *não há* a necessidade de apropriação violenta do trabalho excedente em condições “normais”. De fato, a compra e venda da força de trabalho aparece como “*o reino da liberdade, da igualdade*”, pois a força de trabalho é vendida por “*livre arbítrio*”, como “*pessoas livres, dotadas dos mesmos direitos*”, que se movem por seus interesses privados (Ibid., p. 250-251). No caso do trabalhador, o interesse de existir no próximo mês.

Ao fim da seção, Marx justifica que centrou sua análise no fetichismo da forma mercadoria em específico por ser “[...] *a forma mais geral e menos desenvolvida da produção burguesa*”, portanto “[...] *seu caráter fetichista parece ser relativamente fácil de se analisar*”.

E acrescenta: “*Em formas mais concretas, desaparece até mesmo essa aparência de simplicidade*” (MARX, 2017a, p. 157). Deixa a entender, dessa maneira, que o fetichismo é um fenômeno constitutivo da realidade capitalista em sua totalidade, se expressando em outras formas sociais com igual importância.

Esta hipótese permite a investigação sobre o fetiche da se expressa na forma política - isto é, na forma de decisão dos rumos da vida em comum - do capitalismo. A sociedade política se organiza em torno do Estado, enxergando-o como ente vivo, pessoa jurídica, dotado de poder próprio perante as classes e os demais agrupamentos humanos. O Estado aparece como instituição garantidora da ordem e das condições “naturais” da sociedade, detentor do monopólio da força por abdicação desta por seus cidadãos, e representante da vontade coletiva por meio do voto e outros canais.

A política aparece não mais como uma relação social de poder e dominação de determinados agrupamentos contra outros (OSORIO, 2014). Ao contrário, como a relação entre cidadãos e o Estado, suas regras e instituições, abstraídas de qualquer conteúdo classista, revestido por seu caráter *público* (DEMIER, GONÇALVES, 2017, p. 2361) e descolado da esfera econômica, que agora parece como “mercado”.

O capital, uma força social que necessita explorar e dominar para se reproduzir (MARX, op.cit., p. 836-837), aparece distorcido e desmembrado. O mercado parece alheio à política, e vice-versa. As trocas parecem ocorrer sem nenhuma interferência do poder político, com exceção de uma ou outra regulação, e as consultas eleitorais, em seu dever ser, aparecem como forma democrática decidir a vontade dos cidadãos independentemente de seu poderio econômico. Às vezes, ambas esferas aparentam ser antagônicas, com uma procurando “repelir” as influências da outra. As influências “do mercado” sobre “os políticos” é a corrupção da república. O inverso é o distúrbio das leis naturais do mercado, a famigerada “intervenção na economia”. Os projetos que prevalecem na organização da vida em comum e garantidos pelo Estado aparecem como estranhos à exploração e à reprodução das classes. De fato, com exceção dos momentos em que a luta de classes adquire contornos radicais, nem mesmo aparecem como projetos de classe, mas como técnicas neutras ou vontades gerais, da maioria, legitimadas pelo sistema eleitoral. A partir do momento em que se constitui o instituto da cidadania, em que todos os cidadãos são iguais, equivalentes em direito e voto, estão dadas as condições para que

o Estado apareça como representante das vontades e interesses gerais da sociedade (OSORIO, op. cit.).

A manutenção do status quo pelo monopólio da força, portanto, aparece como vontade coletiva ou, ao menos, um ato legítimo do poder público, e a separação entre as classes e o Estado aparece como resultado de sua autonomização institucional e seu corpo próprio de funcionários. Desaparece da apreensão direta da sociabilidade o fato de que o *status quo* significa a manutenção das condições materiais de reprodução do capital, como a separação do produtor direto dos meios de produção, a instituição da apropriação privada do produto social e a garantia dos contratos de troca e trabalho (OSORIO, 2004). O Estado *mistifica* a densa rede de relações de poder e exploração, representando-a como vontade da comunidade pública.

O Estado se diferencia das outras instâncias de disputas sociais por possuir capacidade de se apresentar como instituição que defende e promove os interesses gerais da sociedade, possuindo para isso o monopólio da força, recursos próprios, autonomia institucional, hierarquia, e a capa da neutralidade (OSORIO, 2014; CODATO, PERISSINOTTO, 2001).

Como essas instituições não são seres animados, com vida própria, nos resta admitir a existência do fenômeno do fetichismo, no qual as relações sociais de poder passam a ser representadas pelas relações entre instituições, ou cidadãos e instituições. Isso impõe uma realidade peculiar ao capitalismo, não presente nos demais modos de produção já estudados na humanidade: primeiro, como já demonstrado, a separação entre a esfera da política e da economia; segundo, a *unidade* entre relações de poder (essência) e sua cristalização (o aparelho estatal) ocorre de maneira *diferenciada*, ou seja, *aparecem apartados na sociedade*. O segundo *mistifica* e *oculta* o primeiro, ao passo que por este é condicionado. O poder de Estado, porém, sem seu substrato material, isto é, o *poder da classe dominante*, é apenas uma forma vazia, um prédio sem fundação, cuja aparência é de uma estrutura acabada, mas seu interior revela uma fragilidade prestes a desabar.

Dessa forma, é teoricamente apreensível e socialmente possível a existência de uma situação em que a classe dominante, por determinações conjunturais, não possui o controle do poder de Estado, ainda que este continue a cumprir suas funções próprias de reprodução da sociabilidade capitalista: “*La burguesía es la primera clase dominante que se separa de la administración y manejo del aparato estatal, tendiendo a dejar esas tareas em manos de sectores sociales provenientes de otras clases*”. (OSORIO, 2010, p.76). A compreensão da

diferença entre Estado e aparato, embora com linguagem diferente, está presente também em Marx, não se tratando de completa inovação.

“Este último problema pode ser mais bem compreendido quando se considera a oposição que o autor [Marx] estabelece entre o poder real e o poder nominal das classes sociais. De fato, uma classe (ou fração de classe) determinada pode possuir o ‘leme do Estado’ - isto é, o ‘governo’ propriamente dito - sem, contudo, constituir-se em classe dominante, e vice-versa.” (CODATO, PERISSINOTTO, 2001, p. 18).

Mas, se o hiato social que constitui o Estado se desenvolve numa situação em que a classe dominante *perde o “leme do Estado”* (CODATO, PERISSINOTTO, 2001), estaremos diante de um hiato político (OSÓRIO, 2010), ou crise de representação (Idem, 2014). Como toda crise, refere-se a um momento transitório e de espaço de tempo relativamente curto, visto que as classes dominantes, detentoras do poder social do capital, se empenharão em reconquistar o poder de Estado como sua própria condição de existência. A solução desta crise cabe às formas concretas de existência, o nível de consciência e organização das classes em disputa, o desenvolvimento de intelectuais orgânicos e lideranças, a eficiência técnica de seus instrumentos de luta e a utilização correta das táticas e estratégias para atingir seus determinados fins.

Assim, a Neo-oligarquização do Estado é precedida pelo fechamento do bloco no poder em si mesmo, pouco disposto a realizar pactos sociais e acordos políticos com as classes dominadas. Este é seu substrato material: o estado da acumulação do capital deve estar a tal ponto que o único caminho viável para recompor a acumulação seja a ofensiva do capital sobre o trabalho, em busca da ampliação da extração de taxas de mais-valia e a recomposição das taxas de lucro. Uma *derrubada de governo*, portanto, não se trata de um evento aleatório cujas motivações decorram de supostas personalidades da classe que golpeia (elitistas, racistas, maldosos) - embora estas características possam, sim, ser verdades. A conspiração, da mesma forma, é a tática de que se utilizam as representações e as classes dominantes para alcançar seus objetivos, e não a causa ou o objetivo em si. A cena política⁵ não é mais do que o palco onde as representações caminham carregando interesses de classe. É apenas a ponta do iceberg de

⁵ “O espaço em que operam as diversas organizações e figuras enquanto representações políticas conforma a cena política”. (OSÓRIO, 2014, p. 55)

como são definidas as políticas nacionais, programas do executivo e a derrubada de um governo.

3 A TAXA DE LUCRO E O BLOCO NO PODER (2011-2016)

O ano de posse da presidenta Dilma Rousseff, 2011, parecia remontar o sonho da velha coalizão “produtivista”⁶. Entre os anos 1930 e 1964, o projeto desenvolvimentista carregava a promessa de um Brasil que superasse o subdesenvolvimento e a posição de dependência econômica por meio de um pacto entre as lideranças da classe operária e os empresários da indústria, intermediado pelo Estado.

O cenário internacional estava favorável para a economia brasileira. Apesar da crise de 2008, cresceu uma média de 4,16% ao ano até a posse de Dilma Rousseff, em 2011, sendo o ano anterior protagonista do maior número da década, com crescimento de 7,5% do PIB. A média é quase o triplo da média mundial, de 1,48% ao ano (BANCO MUNDIAL). O dólar depreciado, a R\$ 1,65, garantia o poder de compra das famílias, que aumentou 5,8% quatro anos anteriores, e insumos mais baratos (CARVALHO, 2018, p. 12). A participação do trabalho na renda nacional havia crescido 14% em relação a de 2004 (SINGER, 2018). Os números conferiam largo espaço para manobras à nova presidenta, em comparação com o cenário em que seu antecessor tomou posse pela primeira vez.

Nesse cenário era inimaginável que seria a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) que tomaria a frente da organização das passeatas pelo impeachment. Em maio de 2011, a Federação assinou o documento *Brasil do diálogo, da produção e do emprego* (FIESP et al., 2011), em conjunto com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, cujo subtítulo não poderia ser mais explícito: “*Acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e do emprego*”. A ausência da Confederação Nacional da Indústria era notável, mas não ofusca o fato de São Paulo ser o maior parque fabril do país (SINGER, 2015), palco das maiores greves sindicais da história recente do Brasil. O programa possuía metas como a redução do *spread* bancário (MARTELLO, 2012) por meio da redução das taxas de juros reais

⁶ Termo utilizado por Singer (2015 e 2018) para descrever a coalizão entre “empresários industriais” e a “fração organizada da classe trabalhadora”.

do crédito público à próximo de zero, o aumento da participação da indústria na pauta exportadora e depreciação da moeda nacional.

O Plano Brasil Maior (MDCI, 2011), lançado pelo governo federal em 02 de agosto de 2011, parece ser uma resposta à coalizão formada. Sua implementação previa o aumento de investimentos em capital fixo no país de 18,4% do PIB (posição base de 2010), para 22,4% até o fim do mandato, investimentos públicos, além da incorporação de diversas demandas do documento *Brasil do diálogo...* O conjunto dos investimentos somava 600 bilhões de reais pelo BNDES (SINGER, op. cit).

Em decorrência do Plano, a taxa de juros básica chegou a reduzir de 12,5% para 7,5% ao ano em outubro de 2012 (CARVALHO, op. cit.), o menor número desde a criação do Comitê de Política Monetária em 1996 (BANCO CENTRAL). A taxa de juros real (isto é, descontada a inflação) alcançou patamares de países de primeiro mundo, inferior a 1% (CARVALHO, op. cit). O spread bancário reduziu em 20% em um ano (LOMBARDI, 2013), por causa da pressão dos bancos públicos (CARVALHO, op. cit.). O desemprego atingiu 6% em abril de 2012 (GAIER, 2012). A política de valorização do salário mínimo, em prática durante os dois governos Lula por meio de decretos, virara a Lei 12382/2011 por força da base governista.

Comparando essa fotografia com a conjuntura instável de 2015 que levou ao *impeachment*, André Singer, reconhecido analista das experiências petistas, indaga: “Como se desfez o sonho rooseveltiano no bojo do qual se elegera Rousseff em 2010?” (SINGER, 2015, p. 3). E prossegue, levantando cinco hipóteses que possam justificar esta virada repentina, sendo elas: a financeirização do capitalismo e a “mistura” (sic) entre capital da indústria e das finanças; o maior índice de paralisações, desde 1997, somando 87 mil horas paradas em 2012 (DIEESE, 2013) em meio a 879 greves em 2012 e 2 mil em 2013 (Idem, 2015); a ideologia de solidariedade capitalista; a correlação de forças internacional e o constrangimento externo que a fuga de capitais promovia; a fragilidade estratégica do governo Dilma Rousseff, ao abrir simultâneas frentes de luta sem as bases para suportá-las.

Fato é que, no primeiro semestre de 2013, o Brasil enfrentava uma pressão inflacionária que levou o Banco Central do Brasil a aumentar a taxa básica de juros para 11,75% (CARVALHO, 2018), contrariando os planejamentos do governo. Eram os primeiros sinais de que o “bloco produtivista” se desmontava antes mesmo de se consolidar.

Singer admite que a resposta mais provável para sua pergunta seria uma combinação de todas as alternativas. Não está errado, mas foge ao principal determinante. Se as classes sociais, como categoria, são posições que determinados grupos assumem na reprodução da sociabilidade, são as leis tendenciais imanentes desta que podem explicar a mudança de orientação de alianças do bloco no poder. O capitalismo é um sistema social de acumulação de capital, devendo ser investigada sua legalidade própria.

Para Marx, o capital *“não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas.”* (MARX, 2017a, p. 836). Sua valorização não significa, necessariamente, o empilhamento quantitativo de novas coisas produzidas nas fábricas. O capital é uma relação social de produção com base na *“exploração e dominação do trabalhador [livre]”* (Ibidem, 2017a), e sua valorização constitui-se pela apropriação de parte do produto social produzido pelo trabalho humano daquela (ou outra) formação social. Essa parcela do produto social, mais-valia, é repartida entre os capitalistas por meio da concorrência e sua posição na reprodução do capital. O lucro é a principal forma de apropriação de mais-valia pelo capital, sendo as outras formas (juros e renda) repartições dele. Diz Marx: *“[A] finalidade da produção capitalista é a valorização do capital, isto é, a apropriação de mais-trabalho, produção de mais-valor, de lucro”*. (Idem, 2017b, p. 291). Em outro lugar, afirma que a taxa de lucro é *“o agulhão da produção capitalista (assim como a valorização de capital é sua única finalidade)”*. (Ibid., p. 281). Se autovalorização do capital é sua razão de existir, a taxa de lucro é a determinação mais importante das andanças da economia capitalista.

“[...] as decisões capitalistas de produzir e investir são guiadas pela expectativa de lucro futuro (que é obtido após a produção e a realização da mercadoria) ao levar em conta variações (positivas ou negativas) na taxa de lucro presente. Em outras palavras, uma queda (um aumento) da taxa de lucro no presente piora (melhora) as expectativas de lucratividade que tendem a afetar negativamente (positivamente) os planos de investimento das empresas, impactando no produto e no emprego. Assim, a taxa de lucro é uma variável chave para as empresas tomarem a decisão de investir.” (THEODOSIO, 2019, p. 27)

A retração da demanda chinesa (SINGER, 2015, p.43), a queda nos preços das commodities⁷ - que representavam 54% da pauta exportadora brasileira (JUSTO, 2013) - e o recuo da política de expansão monetária americana (CARVALHO, 2018) não passaram despercebidos à economia brasileira. A balança comercial registrou, em 2013, o pior resultado em treze anos, em um resultado que representou queda de 86% em relação ao ano anterior (MARTELLO, 2014), e o cenário segue até registrar o primeiro déficit do século em 2014 (AMATO, 2015). A contração da política monetária do *Federal Reserve* significou a apreciação do dólar e a retração dos investimentos especulativos em países como o Brasil. O bloco “produtivista” não possuía resposta para isso.

Os impactos na economia brasileira se fizeram sentir imediatamente. Em uma economia que boa parte dos insumos produtivos são importados, sobretudo na produção agropecuária (MACHADO, 2016), bens que compõe a cesta básica de todo brasileiro, isso só poderia significar numa redução no poder de compra das famílias (CARVALHO, op. cit.) e na queda da rentabilidade do capital investido. A queda da lucratividade acirra a concorrência entre os capitais individuais pela apropriação da maior parte possível da parcela do produto social sob a forma de lucro ou juros.

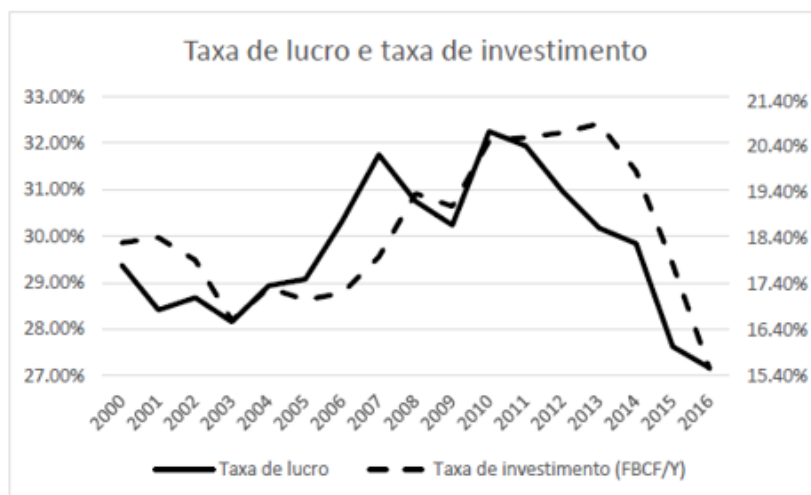


Figura 1. “Taxa de lucro (% eixo esquerdo) e taxa de investimento (% eixo direito) – Brasil, 2000-2016”. Fonte: IBGE, Theodosio (2019, p. 67). Elaboração: Theodosio (2019).

⁷ As commodities atingiram uma alta de 326% entre 2001 e 2011, segundo dados do FMI (2019). O cenário positivo começa a retrair, quando da queda de 13% entre 2011 até dezembro de 2013. Entre junho e dezembro de 2014, registra-se uma queda mais acentuada, acumulada em 29,%. O cenário prossegue até janeiro de 2016, acumulando uma queda de 55%

O sistema, porém, possui mecanismos endógenos combater a queda da lucratividade (THEODOSIO, 2019, p. 17). A pressão inflacionária que se seguiu não foi senão reflexo disso. A inflação é um artifício de luta de classes de que dispõe o capital para concorrer por maiores parcelas do produto social (Idem, 2018). Não se trata de uma decisão consciente, mas da força social do capital materializada por meio da incorporação de suas leis imanentes às práticas e interesses dos capitalistas (MARX, 2017a, p. 342). No caso em questão, havia espaço econômico para isso, pois a desvalorização do real encarecia o valor dos produtos da cesta básica, além de abrir uma margem de manobra de preços para a indústria nacional, visto que os produtos estrangeiros encarecem, diminuindo a concorrência (CARVALHO, 2018). A inflação, porém, significa uma perda nos ganhos sob o montante investido por parte do capital financeiro, que rebate com uma pressão pela elevação da taxa de juros. A acirrada disputa pelos últimos pedaços do bolo em meio a uma rentabilidade decrescente só poderia resultar na redução dos investimentos privados. Formação bruta de capital fixo caiu em 4,2% em 2014 (Ibid., p. 85) e os investimentos privados entrarem numa decrescente que acumulou redução de 14,3% até o fim de 2016 (Ibid., p. 12).

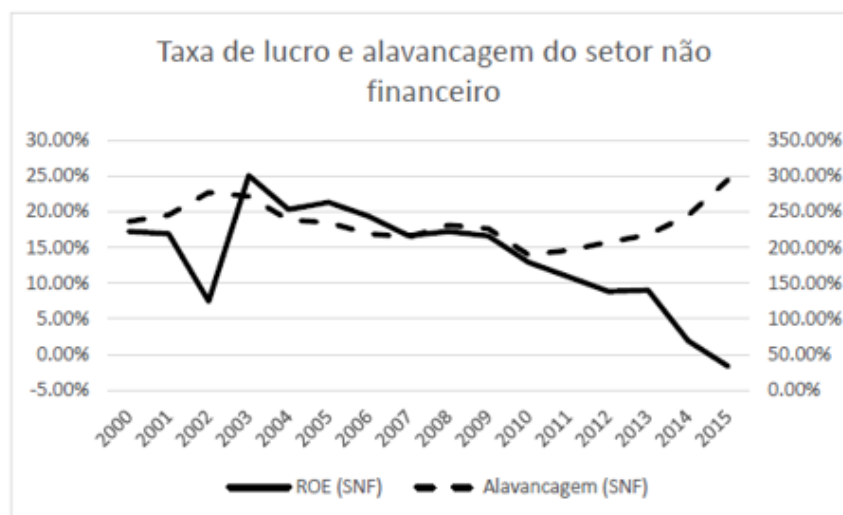


Figura 2 – “Taxa de lucro sobre o patrimônio líquido (% , eixo esquerdo) e alavancagem (% , eixo direito) para o setor não financeiro – Brasil, 2000-2015.” Fonte: Economática, Theodosio (2019, p. 115). Elaboração: Theodosio (2019).

A elevação da taxa de juros básica pelo Banco Central em maio de 2013, de 7,25% ao ano, para 11,25% ao ano em dezembro de 2014, achatou a lucratividade do setor produtivo. As

políticas de desoneração fiscal do Plano Brasil Maior, com custo médio de 69,3 bilhões de reais por cada ano de mandato (CARVALHO, 2018), não se converteram em investimentos privados e agravaram a deterioração fiscal do governo, fazendo com que 2014 fechasse com déficit primário de 0,9% do PIB e a relação dívida/PIB, que até então se aproximava de 1, explodisse uma crescente (Ibid., p.91). O aumento da taxa de juros e a queda da rentabilidade sobre capital investido incentiva o capital produtivo a colocar seus excedentes na especulação de papéis. É o que indica o aumento da alavancagem a partir de 2013 (THEODOSIO, 2019; CARVALHO, op. cit.). Essa mudança, que não é uma “mistura”, como se fossem dois corpos diferentes. É o movimento próprio do capital que, em sua ânsia pela lucratividade, ocupa espaços onde as taxas de lucro estão mais altas que a média.

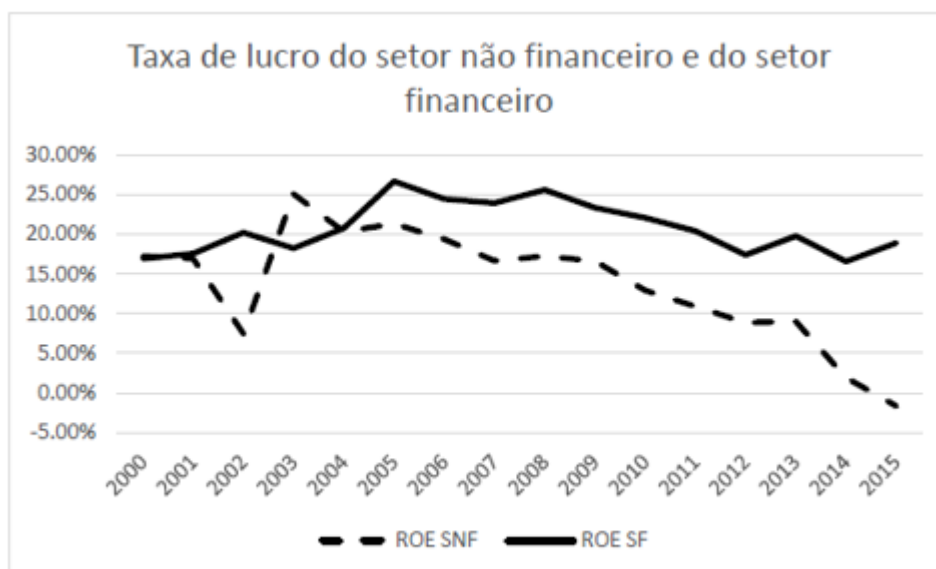


Figura 3 – Taxa de lucro funcional: setor financeiro e setor não financeiro (%) – Brasil, 2000 – 2015. Fonte: Economática, Theodosio (2019, p. 114). Elaboração: Theodosio (2019).

O recorde de greves em 2013 (DIEESE 2015) também foi sintomático. Acendia uma lâmpada aos donos do capital. A legislação trabalhista e a segurança que conferia uma taxa de desemprego baixa não era, necessariamente, saudável à lucratividade. Em dezembro de 2012, pouco mais de um ano e meio após o lançamento do *Brasil do diálogo...*, a CNI começa a fazer pressão pela flexibilização das relações de trabalho, e a FIESP embarca logo em seguida (SINGER, 2018, p. 60). Não havia saída conciliatória para o governo. Ou cedia, ou brigava. Preferiu o primeiro.

A inflação, longe de beneficiar os produtores e vendedores de mercadorias, os prejudica de antemão com a diminuição dos lucros financeiros, que é seguida pela redução do financiamento privado e a elevação das taxas de juros do crédito privado, entre outros artifícios que se utilizam os grandes acionistas e emprestadores de dinheiro por meio dos bancos e fundos de investimento (MILIOS, et. al., 2013). Essa dinâmica coloca o “setor produtivo” mais propenso a realizar alianças políticas com o “setor financeiro” do que com os trabalhadores, pois se trata de sua própria condição de existência enquanto capital.

A única possibilidade de uma construção da “classe trabalhadora com a burguesia produtiva”, em oposição ao “setor financeiro”, seria o Estado deter a capacidade de financiar o conjunto dos empreendimentos produtivos com garantia de rentabilidade. Dadas as condições fiscais e o ordenamento constitucional vigente, seria impossível. Ainda assim, num exercício hipotético, essa aventura significaria a brutal desvalorização da moeda, devido à elevação das taxas de risco que se seguem às políticas fiscais expansivas, o que, pela reduzida base produtiva brasileira no setor de bens de capital e bens tecnológicos de consumo, significaria a ruína da economia brasileira em uma espiral de hiperinflação (VERGNHANINI, DE CONTI, 2017). O esforço de impor uma nova legalidade ao capital é devolvida com afirmação de suas leis imanentes com maior brutalidade. A única opção de domá-lo é destruí-lo.

A ausência destas condições unifica o conjunto da burguesia numa nova articulação de bloco no poder. Àquela altura, a política de “austeridade”⁸ havia se tornado a demanda uníssona das classes capitalistas como forma de contrarrestar a queda da taxa de lucro, junto com as reformas trabalhista e previdenciária, barateando o custo da força de trabalho, reduzindo o montante das contribuições previdenciárias, contraindo a política fiscal e monetária para beneficiar o lucro financeiro, além de abrir novos espaços de acumulação. Essa contração fiscal, porém, não colocou na ordem do dia o debate sobre as desonerações que recebiam as indústrias, nem o pagamento de um dos juros mais altos sobre a dívida pública, centrando-se apenas nos gastos com investimentos, serviços públicos e direitos sociais. Na leitura de Singer, os

⁸ Será utilizado o entendimento de “austeridade” como o receituário político-econômico que prega a contração fiscal para pagar a dívida pública, visando aumentar a margem real do lucro financeiro ao ser descontada a inflação e aumentar a “confiança” dos mercados internacionais em relação à liquidação dos títulos públicos, podendo ser diminuída a taxa de juros assim que reduzidas as avaliações de risco. A busca pela contração fiscal, em geral, acompanha amplas reformas de fundos de pensão e privatizações.

industriais mudaram de posição, abandonando o bloco produtivista. Na verdade, sua posição sempre foi a de tornar viável seus investimentos e maximizar lucros⁹.

3.1. O FIM DO DEVANEIO PRODUTIVISTA

O lucro é uma mistificação da mais-valia, segundo a teoria marxiana (CARCANHOLO, 2013). Embora se apresente como retorno monetário frente à totalidade do capital investido numa produção individual, é na verdade apropriação de parcela da mais-valia produzida no conjunto da sociedade, ou seja, valor que não é apropriado pela força de trabalho da economia. Portanto, se um empreendimento está com problemas de lucratividade, há diversas saídas, como o investimento em máquinas, tecnologia, corte de funcionários, enfim, medidas que o permitam produzir melhor ou mais barato que concorrentes. Porém, se este é um problema do conjunto da sociedade, as soluções necessariamente perpassam a ampliação da diferença entre a riqueza apropriada pela força de trabalho e a riqueza apropriada pela classe dos capitalistas

Sendo o Brasil um país dependente de tecnologia externa, a importação de bens de capital que barateariam a força de trabalho necessariamente implicam a transferência de valor para as economias exportadoras de tecnologia. A tecnologia, embora útil, por si só não resolveria o *problema da acumulação, o da lucratividade*. Uma ofensiva do capital contra o trabalho, buscando a redução absoluta do valor da força de trabalho, portanto, era a opção que tinham as classes dominantes. Esse é o significado da nova articulação do bloco no poder em torno do programa de austeridade, a entrega do pré-sal à participação privada (SINGER, 2018, p.13) e o desmonte dos serviços públicos e direitos sociais.

A estruturação do capitalismo brasileiro sobre estas bases permite um menor espaço de manobras político-sociais em momentos de crise de acumulação (OSORIO, 2014). A plataforma da austeridade retirava do Estado sua capacidade de conciliar demandas dos mais diversos setores da sociedade. Impossibilitado de tecer acordos políticos e pactos sociais reais, que envolvessem, mais que promessas e mistificações, a abdicação de parcela do produto social em prol da renda da classe trabalhadora, *o bloco no poder se fecha em si mesmo, neo-oligarquizado*. A ofensiva do capital sobre o trabalho se torna interesse coletivo da classe

⁹ De fato, o ajuste fiscal *piorou* os resultados primários e a relação dívida/PIB. Seguiu, porém, sendo o projeto que unificou o bloco burguês, visto que cumpria seu real objetivo: de combater a queda da taxa de lucro.

capitalista, resguardadas suas divergências, com o objetivo de recompor a taxa de lucro por meio de seu substrato: *a incrementação da taxa de mais-valia produzida por meio da intensificação da exploração do trabalho e abertura de novos espaços de acumulação.*

A adequação da nova representação política ao bloco no poder neo-oligarquizado, porém, se deu de maneira conturbada. Após uma eleição acirrada (51% dos votos válidos), a presidenta decide implementar o programa de seu adversário, antes mesmo do início do segundo mandato, colocando no Ministério da Fazenda Joaquim Levy¹⁰, com a promessa de uma dura “*disciplina fiscal*” nos anos seguintes e articulações abertas em torno da reforma da legislação trabalhista (LEVY, 2015). O desmonte previdenciário não fugia à conjuntura, sendo anunciada a elaboração de uma posposta em fevereiro de 2016, pouco mais de um mês antes da votação do afastamento de Rousseff. O desemprego fechou o ano de 2015 batendo 9%, levando o salário médio a cair 2,7%, redução de 3,9 no consumo das famílias devido as dívidas que contraíram (CARVALHO, 2018, p.100). De um lado, essa guinada desarmou o Partido dos Trabalhadores de seu principal aliado eleitoral, as massas populares, fazendo com que o ano de 2015, inclusive, fosse marcado por diversas ocupações em escolas e universidades e greves¹¹. De outro, abre uma fresta, presente na própria forma relativamente autônoma da política no capitalismo, para que atuem os algozes do quórum eleitoral de 2014.

Em meados de 2015, o Brasil estava de cabeça para baixo: a presidenta ligada ao Partido dos Trabalhadores defendia ajuste fiscal, reforma previdenciária e tinha um banqueiro em seu ministério da Fazenda. Enquanto isso, os deputados da oposição, que acusaram-na nas eleições gerais de 2014 de gastos excessivos e irresponsáveis, ameaçavam o governo com a “pauta-bomba”, isto é, a aprovação de projetos de lei que aumentava exponencialmente os gastos públicos com o único objetivo de contrariar a contração fiscal prometida e gerar instabilidade econômica e política. O presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, e o presidente do Itaú, Roberto Setubal, dois maiores bancos privados do país, chegaram a ser posicionados, em defesa da estabilidade do governo Dilma Rousseff (SINGER, 2018, p. 214-215). Em 07 de agosto de

¹⁰ Após a negativa do presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, a presidenta convida Joaquim Levy, um de seus subordinados, a época superintendente do Bradesco Asset Management. Ambos, obviamente, reconhecidos intelectuais intimamente ligados ao capital financeiro.

¹¹ O ano de 2015 foi marcado por greves dos servidores do ensino público federal, assim como a ocupação de Universidades Federais, Estaduais, e escolas de nível médio por todo o Brasil. Embora não sejam responsabilidade do governo federal, a política de disciplina fiscal do governo central afetava negativamente o ensino público estadual.

2015, *O Globo* defende, em editorial, que “a manipulação do congresso ultrapassa limites”, e que a Eduardo Cunha estaria agindo para “desestabilizar de vez a própria economia brasileira”, se referindo à ameaça de aprovação da “pauta-bomba” (GLOBO, 2015).

Contraditoriamente, o principal interesse das representações políticas não é representar, mas galgar lugares, escalar nas posições dos aparelhos estatais. Por isso, em conjunto com os industriais da FIESP, que desejavam o aprofundamento da agenda de ofensiva do capital ao trabalho, estas representações passaram a empreender uma prática política para convencer a necessidade do impeachment com apoio do conjunto das camadas médias¹² e das classes dominantes. Criou-se uma conjuntura em que o caos de governabilidade passava a colocar em risco a própria acumulação do capital. A grande possibilidade de a pauta-bomba ser aprovada resultou no rebaixamento da nota do Brasil pela *Standard & Poor's*, reconhecida agência internacional de classificação de risco (ALVARENGA, et. al., 2015). Ao mesmo tempo, a oposição colocava na mesa seus projetos futuros, para caso o impeachment se concretizasse, sendo o maior exemplo o documento “Uma Ponte para o Futuro”. A direita política se aproveitava da brecha para afirmar que eram os melhores gerentes da ordem capitalista. O novo “grande acordo nacional” já estava combinado. Em 02 de dezembro de 2015, foi aceita denúncia de crime de responsabilidade pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Em 22 de maio, com a ascensão da crise política e a unificação do bloco no poder, a presidenta foi afastada para ser, definitivamente, impedida no dia 31 de agosto de 2016. Estavam dadas as condições para a Neo-oligarquização do Estado brasileiro e o acirramento da ofensiva do capital contra o trabalho.

4 CONCLUSÃO

São as relações sociais que produzem a sociedade, com perdão da tautologia. Qualquer técnica, coisa, ou instituição, se subordina às relações engendradas entre os seres humanos em sociedade. Se quem faz história é o ser humano, e para fazê-la precisa produzir e reproduzir sua

¹² Laura Carvalho expõe que a macroeconomia dos governos petistas, ao redistribuir a renda sem tocar nos rendimentos da parcela mais rica da população, invariavelmente levada à compressão dos rendimentos das camadas médias em favor das camadas da base da pirâmide social. O resultado foi que, enquanto subia o poder de compra dos mais pobres, caía o poder de compra das camadas médias. Esta tendência sempre esteve presente, mas seus efeitos negativos só apareceram com força com a queda do preço das commodities e a apreciação do dólar (CARVALHO, 2018, pp 46-53).

existência todos os dias sob relações sociais historicamente determinadas (MARX, 2007, p. 32-33), herança das gerações anteriores e não necessariamente como querem (Idem, 2008, p. 19-22), enxergar o curso da história como resultado de interações entre ideias e coisas se trata de um equívoco analítico. As categorias que estruturam a sociabilidade interferem e moldam a realidade, mas não possuem determinações exteriores a ela.

A aparência de um fenômeno social que se apresenta como coisa, portanto, assume tal forma que contém em si a natureza do fenômeno, ainda que ocultando-a. Por mais que a oculte, não pode se desfazer dela por completo, pois é produto desta essência. A aparência não é uma mentira - embora possa ser. O surdo pode não ouvir a música, mas isso não significa que ela não esteja sendo tocada. O equívoco é tomar a aparência *como única dimensão constitutiva da realidade*, não apreendendo-a por completo, em conjunto com sua determinação material pelas relações sociais, isto é, a essência (CARCANHOLO, 2013).

Se as instituições e os processos jurídicos fazem história, o fazem na medida em que ocultam as relações sociais de poder que ensejam esses processos históricos. A apreensão do movimento e das transformações de categorias como o Estado não podem fugir à análise das relações sociais de produção e das lutas entre as distintas forças sociais que ocupam lugares distintos no modo de produção: as classes. E foram as classes dominantes, numa nova configuração do bloco no poder, que delicadamente – se comparado com o golpe militar que o país enfrentou em 1964, da qual a própria também foi vítima - expulsaram a presidenta legitimamente eleita de seu posto, em estreita aliança com os políticos mais reacionários cena brasileira, com direito a saudações a torturadores. É nítido que, *pela perspectiva apresentada*, a existência de crime de responsabilidade ou não pela repetição de *práticas corriqueiras* da política executiva brasileira em nada descaracterizam o caráter do evento que ocorreu.

O *impeachment* de Dilma Rousseff não significou apenas uma derrubada, mas uma mudança na situação política do país. É a cristalização da ofensiva do capital contra o trabalho e a conquista de um Estado por meio de sua Neo-oligarquização. O bloco no poder impõe essa característica ao aparelho estatal, superando o hiato entre o poder de Estado e o poder de classe, realinhando os interesses das representações com o das classes dominantes, ainda que isso signifique retirar da cena política, *por meio de um golpe*, 54,5 milhões de eleitores. Se no relato de Jaime Osório, em 2004, a Neo-oligarquização era legitimada pelo *coro eleitoral*, este agora

é descartado e se torna um refém dos interesses de uma parcela reduzida da sociedade, detentora do poder social do capital.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, D; LAPORTA, T; TREVIZAN, K. Standard and Poor's tira grau de investimento do Brasil. **G1**, São Paulo, 09 de set. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/09/standard-and-poors-tira-grau-de-investimento-do-brasil.html>. Acesso em: 15 set. 2019.

AMATO, F. Balança comercial registra em 2014 primeiro déficit desde 2000. **G1**, Brasília, jan/2015. Disponível em <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/balanca-comercial-registra-em-2014-primeiro-deficit-desde-2000.html>. Acesso: 13 set. 2019

BANCO CENTRAL, **Taxas de juros básicas: histórico**. Brasília. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 15 set. 2019

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators Database**. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>. Acesso em: 9 set. 2019

CARCANHOLO, R. **Capital: essência e aparência, volume 2**. 1ª Edição. São Paulo: Expressão popular, 2013.

CARVALHO, L. **A valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. 1ª Edição. São Paulo: Todavia, 2018.

CODATO, A; PERISSINOTTO, R. M. O Estado como instituição. Uma leitura das “obras históricas” de Marx. **Crítica Marxista**, número 13. Rio de Janeiro: Revan, pp. 9-28, 2001.

DEMIER, F; GONÇASLVES, G. Capitalismo, Estado e democracia: um debate marxista. **Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, Vol. 08, N.3, 2017, p. 2350-2376

DIEESE. **Balanco das Greves em 2012**. Estudos e pesquisas. São Paulo, n. 66, mai/2013. Disponível em <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019

DIEESE. **Balanco das Greves em 2013**. Estudos e pesquisas. São Paulo, n. 79, dez/2015. Disponível em <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019

ECONOMÁTICA: banco de dados. Disponível em <http://www.economatica.com.br/>.

EL PAIS, A solução mais fácil era botar o Michel?. Os principais trechos do áudio de Romero Jucá. **El País Brasil**, São Paulo, mai/2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/24/politica/1464058275_603687.html Acesso em: 14 set. 2019

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Charts, 2000-2019, índices**, IMF Primary Commodity prices, 2019. Disponível em: <https://www.imf.org/~media/Files/Research/CommodityPrices/Monthly/Charts.ashx> Acesso em: 15 set. 2019.

GAIER, R. **Taxa de desemprego no Brasil cai a 6% em abril – IBGE**. Reuters, Rio de Janeiro, mai/2012. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRSPE84N01H20120524> Acesso em: 15 set. 2019

IBGE. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro, 2006

IBGE. **Sistema de contas nacionais: Brasil: 2010-2013**. Rio de Janeiro, 2015.

IBGE. **Sistema de contas nacionais: Brasil: 2015**. Rio de Janeiro, 2017.

IBGE. **Tabelas comparativas**, Nota metodológica nº24, 2007. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas/24_tabcomparativas.pdf. Rio de Janeiro. Acesso em: 13 set. 2019

JUSTO, M. Queda das commodities sugere fim de ciclo de crescimento na América Latina. **BBC Mundo**, mai/2013. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130520_commodities_queda_crescimento_america_latina_lgb Acesso em 10 set. 2019.

LEVY, J. **Discurso de posse**. Brasília, Jan/2015. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/noticias/2015/janeiro/discurso-de-posse-do-novo-ministro-da-fazenda-joaquim-levy> Acesso em: 10 set. 2019

LOMBARDI, M. Pressionados, bancos reduzem ganhos com juros em 20% em um ano. **UOL**, São Paulo, mai/2013. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/05/15/spread-bancos.htm> Acesso em: 12 set. 2019

MACHADO, R. Apesar de ser potência no agronegócio, Brasil importa 75% dos fertilizantes que usa. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, fev/2016. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/agropecuario/2016/02/22/interna_agropecuario,736370/apesar-de-forte-no-agronegocio-brasil-importa-75-dos-fertilizantes.shtml Acesso em 13 set. 2019.

Manipulação do Congresso ultrapassa limites, O Globo, 5 ago. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/manipulacao-do-congresso-ultrapassa-limites-17109534> Acesso em: 15 set. 2019

MARINI, R. M. **Subdesarrollo y revolución**. 3ª edição, México: Siglo Veintiuno, 1971. (p. 30).

MARTELLO, A. Balança comercial registra em 2013 pior resultado em treze anos. **G1**, Brasília, jan/2014. Disponível em <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/01/balanca-comercial-registra-em-2013-pior-resultado-em-doze-anos.html> Acesso: 13 set. 2019

MARTELLO, A. Queda do ‘spread’ bancário é determinação de Dilma, diz Tombini. **G1**, Brasília, fev/2012. Disponível em <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/02/queda-do-spread-bancario-e-determinacao-de-dilma-diz-tombini.html> Acesso: 13 set. 2019

MARX, K. **A ideologia alemã**. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy (rough draft)**. London: Penguin books, 1993.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. 2ª Edição. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política, livro 1**. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2017a

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política, livro 3**. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2017b

MDIC. **Plano Brasil Maior, 2011/2014**, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Brasília, ago/2011. Disponível em [http://www.fiepr.org.br/para-empresas/conselhos/design/uploadAddress/PBM\[32730\].pdf](http://www.fiepr.org.br/para-empresas/conselhos/design/uploadAddress/PBM[32730].pdf) Acesso: 15 set 2019

MILIOS, J; LAPATSIORAS, S.; SOTIROPOULOS, D. **A Political economy of contemporary capitalism and its crisis: demystifying finance**. Oxon: Routledge, 2013.

OSORIO, J. El hiato entre Estado y aparato: capital, poder y comunidade. **Nueva Época**. México: Argumentos, UAM-X, ano 23, número 64, pp.63-86, setembro-dezembro, 2010.

OSORIO, J. **La crítica de la economía vulgar**. Reproducción del capital y dependência. Mexico: Porrúa, 2004.

OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. 1ª Edição. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FIESP, CUT, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Força Sindical. **Brasil do diálogo, da produção e do emprego: Acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e do emprego**. São Paulo, mai/2011. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/documento-brasil-do-dialogo-pela-producao-e-emprego/> Acesso em: 12/7/2019.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas. **Novos Estudos**, edição 102, volume 34, número 2, pp. 39-67, julho, 2015.

SINGER, A. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

THEODOSIO, B. M. **Determinantes da acumulação de capital no Brasil entre 2000 e 2016**: lucratividade, distribuição, tecnologia e financeirização. Rio de Janeiro, 2019

THEODOSIO, B. M. Trabalho e Dinheiro: a teoria monetária marxista e o dinheiro de crédito. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Número 51, pp. 146-160, setembro-dezembro, 2018.

VERGNHANINI, R.; DE CONTI, B. Modern Money Theory: a criticism from the periphery. **Brazilian Keynesian Review**, vol. 3, n. 2, 2º semestre de 2017, pp. 16-31.

“**Uma Ponte para o Futuro**”, Fundação Ulysses Guimarães, PMDB, 29 out. 2015.
Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf> Acesso em: 12 set. 2019